

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

RURAL

SUSTENTÁVEL

E SOLIDÁRIO



Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Miguel Rossetto

Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Laudemir Müller

Secretário da Agricultura Familiar

Valter Bianchini

Secretária de Desenvolvimento Territorial

Andréa Lorena Butto Zarzar

Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

Sérgio Roberto Lopes

Secretário de Reordenamento Agrário

Adhemar Lopes de Almeida

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Carlos Guedes de Guedes

Grupo de Trabalho para Elaboração do PNDRSS (GTPlan):

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

Articulação do Semiárido (ASA)

Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)

Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil)

Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNTC)

União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia

Solidária (Unicafes)

Agradecimentos:

Analine Specht

Antônio Lacerda Souto

Guilherme Brady

Ivanilson Guimarães

Julia Hora

Rafael Cedro

Roberto Nascimento

Simone Gueresi

Taua Pires

Karla Hora

Marcelo Fragozo

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf)

Presidente: Miguel Rossetto

Secretário: João Guilherme Vogado Abrahão

Poder Público

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministério da Fazenda

Ministério da Integração Nacional

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ministério do Meio Ambiente

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministério da Educação

Ministério da Saúde

Ministério das Cidades

Ministério da Pesca e Aquicultura

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Secretaria Especial de Políticas para

as Mulheres da Presidência da República

Secretaria Especial de Políticas de Promoção

da Igualdade Racial da Presidência da República

Associação Brasileira das Entidades Estaduais

de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER)

Associação Nacional dos Órgãos de Terra (Anoter)

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)

Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

Sociedade Civil

Articulação do Semiárido (ASA)

Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)

Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombolas (CONAQ)

Departamento de Estudos Sócio- Econômicos Rurais (DESER)

Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil)

Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão

Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser)

Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)

Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)

Movimento Nacional dos Pescadores (Monape)

Rede Cerrado

Rede de Centros Familiares de Formação

por Alternância (Rede CEFFAS)

União Nacional das Cooperativas de Agricultura

Familiar e Economia Solidária (Unicafes)

Secretaria do Condraf

Equipe Técnica:

Luciene Santos

Milena Araguaia

Paula Ramos

Vera Azevedo

APRESENTAÇÃO

A 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS), promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf), ao longo do ano de 2013, teve por objetivo geral a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), ora apresentado.

A Plenária Final da Conferência Nacional aprovou, por unanimidade, cem propostas prioritárias como base para a elaboração do PNDRSS. A partir dos resultados da Conferência, estabeleceram-se os oito objetivos do Plano, resultantes dos eixos gerais e transversais com suas correspondentes estratégias – significando o “como fazer” para se chegar aos objetivos – e iniciativas – que são os passos necessários à concretização dos resultados.

Alinhadas ao ciclo formal de execução das políticas públicas, as iniciativas foram definidas como de **curto prazo** (para 2015, ano de encerramento do PPA 2012-2015), de **médio prazo** (as que envolvem maior complexidade operacional ou que demandam alterações normativas e institucionais) e de **longo prazo** (que demandam alterações normativas ou institucionais complexas e que precisam de etapas prévias para que possam ser concluídas).

A Conferência resultou em um processo amplamente participativo, quando mais de 40 mil pessoas asseguraram a representatividade, a diversidade e a pluralidade dos diversos segmentos que compõe o rural brasileiro.

O debate foi organizado de forma a articular os temas transversais com os temas gerais da 2ª CNDRSS, possibilitando que as proposições voltadas para mulheres, juventude e povos e comunidades tradicionais fossem construídas integradas com os temas gerais.

Para dar visibilidade às propostas relacionadas aos temas transversais - Autonomia das Mulheres Rurais; Autonomia e Emancipação da Juventude Rural; Promoção do Etnodesenvolvimento, o Plano Nacional é publicado para além de seu volume principal. Criam-se Encartes que evidenciam objetivos, estratégias e iniciativas para os



três temas transversais, visibilizando os públicos específicos, facilitando a leitura do documento e possibilitando a realização de debates específicos.

Além desses encartes, um quarto foi incorporado à publicação. Trata-se do esforço de rastreamento das cem propostas da Conferência, permitindo identificar a qual proposta se refere determinada estratégia ou iniciativa. Com esse instrumento, os participantes das conferências estaduais e distrital que debateram e priorizaram as proposições para a Conferência Nacional e aqueles e aquelas que estiveram presentes da Conferência Nacional poderão identificar o conteúdo debatido e aprovado como parte do PNDRSS.



AUTONOMIA DAS MULHERES RURAIS

Há três demandas gerais que sintetizam a luta das mulheres rurais por autonomia: (1) efetivação da cidadania; (2) garantia de seus direitos econômicos; e (3) socialização do trabalho doméstico e dos cuidados.

Essa agenda de demandas por direitos compõe um eixo temático transversal na medida em que as ações necessárias para efetivar a autonomia das mulheres rurais envolvem todos os demais eixos temáticos debatidos na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS) e apresentada no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS). Ainda assim, necessita-se garantir e visibilizar esta agenda de demandas, reconhecendo que o processo de construção da igualdade de gênero ainda enfrenta obstáculos que precisam ser superados cotidianamente, apesar dos avanços recentes.

A condição de vida das mulheres ainda é determinada pela divisão sexual do trabalho, estruturada por dois elementos centrais. Esses elementos são caracterizados pela invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres, seguido da persistência do trabalho não remunerado delas. Tais elementos se sustentam e se reproduzem por meio de relações desiguais de poder entre homens e mulheres exercidas na família e na sociedade. Eles são materializados no cotidiano ao se atribuir maior importância ao trabalho produtivo e gerador de renda monetária, geralmente sob responsabilidade dos homens, em detrimento do trabalho reprodutivo – identificado pelo trabalho doméstico e dos cuidados –, realizado pelas mulheres.

No meio rural, predomina o acúmulo do trabalho invisível e não remunerado realizado pelas mulheres. Elas dedicam-se às atividades domésticas e ao cuidado com a unidade familiar, e também são responsáveis pela criação de aves e pequenos animais e pela produção de pequenas hortas e quintais. Além disto, quando as mulheres desempenham um trabalho que gera renda monetária na agricultura, ele é caracterizado como “ajuda” às atividades desempenhadas pelos homens, reproduzindo a lógica do “chefe de família” como o provedor da unidade familiar e descharacterizando o trabalho das mulheres na manutenção da unidade de produção.



Romper com essa lógica exclusiva do “chefe da família” e efetivar uma estratégia de direitos e visibilidade das mulheres rurais têm sido demandas das organizações de mulheres.

No âmbito das políticas para mulheres, o MDA e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) buscaram dialogar e atender às demandas das mulheres e suas organizações com políticas de promoção da igualdade de gênero. Foram assegurados meios para realização de ações de promoção dos direitos econômicos das mulheres rurais e exercício pleno de sua cidadania por meio dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborados em 2004 e 2007 e 2011. Os Planos reconheceram a necessidade de políticas públicas específicas e transversais para o apoio e fortalecimento das organizações econômicas de trabalhadoras rurais, atendendo a demandas dos movimentos desde a década de 1980.

As propostas apresentadas no PNDRSS expressam, assim, as demandas das mulheres por direitos básicos e participação no desenvolvimento econômico e se relacionam com os três grandes temas apresentados no documento referência da 2ª CNDRSS.

Efetivação da cidadania. A ausência de documentação civil e jurídica, bem como o escasso acesso à terra limitam a cidadania plena das mulheres e a efetivação de seus direitos econômicos e produtivos. A posse de documentação civil e jurídica viabiliza o acesso a toda política pública e representa instrumento efetivo de inclusão produtiva das mulheres rurais, na linha inversa de que não ter terra significa não ter acesso às políticas públicas de produção, organização econômica e comercialização.

Medidas afirmativas para superar desigualdades foram adotadas, tais como o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural, a Titulação Conjunta da terra/lotes da reforma agrária pelo Programa de Crédito Fundiário e a dupla titularidade no Cadastro da Agricultura Familiar.

Paralelamente, estimulou-se maior participação social das mulheres rurais nas instâncias de debate sobre as políticas públicas, o que pode ser constatado em

ambientes como os Comitês Territoriais de Mulheres no âmbito dos Colegiados Territoriais e o Grupo de Trabalho Permanente de Políticas Públicas para Mulheres Rurais do Condraf. E isso tem reflexo nas propostas do PNDRSS, por garantir a ampliação da participação social das mulheres nas instâncias de gestão e de controle das políticas públicas e a divulgar a importância da oferta de serviços de recreação infantil e ações afirmativas de integração das mulheres à dinâmica das instâncias mistas de construção e debate de políticas públicas.

A 2ª CNDRSS e o próprio PNDRSS apresentam iniciativas importantes, como a adoção da paridade de gênero na conferência, expressa por propostas que buscam efetivar a igualdade entre homens e mulheres, representada, por exemplo, na proposta de 50% de mulheres nos colegiados territoriais.

Embora ainda existam desafios, o PNDRSS apresenta propostas de qualificação dos mecanismos e instrumentos de utilização da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), para garantir o acesso das mulheres às políticas de organização econômica. Além disso, aponta a necessidade monitorar e garantir a participação das mulheres no conjunto das políticas.

Direitos econômicos. Nos últimos 10 anos, foram desenvolvidas iniciativas de ampliação e de garantia dos direitos econômicos e políticos das mulheres rurais, incentivando seu protagonismo e fortalecendo suas organizações produtivas, seja por meio de políticas específicas para as agricultoras familiares, seja mediante a construção de metodologias e estratégias que as atendam em políticas públicas mistas ou amplas.

O Programa de Organização Produtiva de Mulheres, por exemplo, buscou integrar políticas de qualificação da produção, agregação de valor, comercialização, produção do conhecimento e de metodologias, com o objetivo de fortalecer a participação ativa das mulheres na economia rural por meio de sua organização econômica e da visibilidade à contribuição delas na garantia da soberania alimentar e na afirmação da viabilidade da vida no campo.

O PNDRSS aprovou propostas que dialogam com a necessidade de garantia de direitos econômicos para as mulheres verificada em temas como acesso a crédito,



fomento à produção e transição agroecológica, acesso a mercados e assistência técnica, destacando-se, por exemplo, o atendimento obrigatório de, no mínimo, “50% de mulheres no público beneficiário de Ater”.

Socialização do trabalho doméstico e dos cuidados. Romper com as práticas sociais e cotidianas que reproduzem a divisão sexual do trabalho e reforçam e caracterizam as mulheres como únicas responsáveis pelos cuidados e pelas necessidades diárias do grupo familiar segue como desafio. Cada vez mais as mulheres se inserem nas atividades produtivas, mas as responsabilidades familiares permanecem ainda como tarefa, quase que exclusivamente, feminina. Isso se deve ao fato de as relações familiares serem permeadas, também, por relações de poder, nas quais as hierarquias de gênero se concretizam mediante o desempenho da dupla jornada de trabalho das mulheres. Tais arranjos familiares fragilizam o vínculo com as atividades econômicas, contribuem para torná-las economicamente dependentes dos homens e exacerbam o problema das desigualdades de gênero. A inclusão produtiva das mulheres rurais e a construção de sua autonomia passam, necessariamente, pela garantia de equipamentos sociais de socialização do trabalho dos cuidados, destacando-se a educação infantil. No último período, o Governo Federal efetivou um conjunto de ações afirmativas para as mulheres rurais com esses objetivos. Contudo, os resultados dessas ações afirmativas dependem, em grande medida, da ampliação da oferta de escolas de educação infantil nas áreas rurais e da maior articulação entre os níveis de governo municipal e estadual.

Tema que também se apresenta como um compromisso é necessidade de consolidação das estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher. O PNDRSS traz propostas que dialogam com tal necessidade, reconhecendo os diferentes papéis da família, da sociedade e do Estado na promoção da igualdade de gênero e na garantia de autonomia para as mulheres.



A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA 2ª CNDRSS

A 2ª CNDRSS representou um marco importante para a participação das mulheres nos processos de conferências ao instituir, pela primeira vez no país, a paridade de gênero como quesito para eleição e participação dos delegados e das delegadas em todas as suas etapas.

Para efetivar essa conquista, foram adotadas diferentes estratégias, entre as quais se destacam reuniões de mobilização com as mulheres rurais e suas organizações para as etapas territoriais e estaduais e a realização de plenárias de mulheres antecedendo as conferências estaduais e a nacional, além da realização de conferências setoriais de mulheres em nível estadual e nacional. Essa articulação envolveu, diretamente, 1.417 participantes e resultou em 50% de mulheres entre os delegados e delegadas eleitos para a etapa nacional.

As mulheres se fizeram presentes em todos os momentos da etapa nacional da 2ª CNDRSS. Cantaram músicas, entoaram frases, entraram em marcha, ergueram cartazes, leram uma Declaração sobre as Mulheres no Dia Mundial da Alimentação e se colocaram como parte fundamental de uma estratégia de construção de um Brasil Rural com igualdade.

Tais estratégias foram fundamentais para efetivar a participação das mulheres e organizar suas demandas e propostas para o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Em síntese, os debates resultaram em mais de 142 propostas específicas para mulheres, originadas nas etapas estaduais e na conferência setorial nacional. Tais propostas foram organizadas em dezesseis temas que compuseram 65 propostas no documento nacional levado para debate durante a 2ª CNDRSS. Entre as cem propostas resultantes da Plenária Final da 2ª Conferência Nacional, 36 dialogaram, diretamente, com as demandas das mulheres, das quais nove representaram demandas e o fortalecimento de políticas específicas para mulheres, com destaque para participação social, enfrentamento da violência e apoio financeiro para produção.

Além de compor a matriz final do PNRSS, essas propostas estão sendo apresentadas em destaque neste encarte para subsidiar e fortalecer as estratégias de enfrentamento da desigualdade de gênero no meio rural.



MATRIZ DO PNRSS

As propostas a seguir apresentadas referem-se, exclusivamente, às propostas do PNRSS que dialogam diretamente com a demanda das mulheres. Ao trazê-las neste encarte, busca-se efetivar mais uma estratégia não só de visibilidade das mulheres rurais e suas agendas, mas, sobretudo, de constituição de um instrumento para o monitoramento de sua implementação e efetivação.





OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.1. Universalizar o acesso à DAP (familiar e jurídica), ampliando critérios, garantindo agilidade na emissão, reconhecendo a diversidade e a multifuncionalidade da agricultura familiar, consolidando-a como instrumento de acesso a direitos e a políticas públicas.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>1.1.2. Qualificar e revisar os critérios da DAP, garantindo que na emissão da DAP familiar haja identificação do registro para cada membro da família de forma individual.</p>	<p>Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e da ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades. [PPA 2012-2015]</p>	<p>MDA</p>
<p>1.1.3. Simplificar o processo de credenciamento de entidades, favorecendo a ampliação de entidades que possam ser credenciadas para a emissão da DAP, incluindo organizações não governamentais e outras instituições e/ou a representação de povos indígenas, de povos e comunidades tradicionais, de mulheres e de jovens.</p>	<p>Revisar os procedimentos para emissão do Cadastro/DAP, observado o regramento do MCR 10, publicando portaria de revisão. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>
<p>1.1.5. Garantir o direito à emissão de DAP para mulheres em processo de separação/divórcio.</p>		
<p>1.1.6. Intensificar a emissão de DAP para as mulheres trabalhadoras rurais.</p>	<p>Ampliar e qualificar a capilaridade da oferta de documentação civil e jurídica para 350 mil mulheres rurais e suas organizações econômicas e realizando 2 mil mutirões. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.2. Desenvolver ações de apoio à inclusão produtiva e à estruturação de sistema sustentável, justo e equitativo de produção, tendo como referência a agroecologia como matriz tecnológica.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.2.1. Implantar projetos de infraestrutura de apoio à produção e à comercialização da agricultura familiar.	Identificar e incentivar a participação das mulheres na construção e gestão de tecnologias de acesso à água, no âmbito dos programas de Acesso à Água do MDS (água para consumo e água para produção), por meio de ajustes ao SIG Cisterna. [PLANAPO]	MDA
1.2.2. Na estruturação das Agroindústrias familiares, criar condições favoráveis para o funcionamento, adequando a legislação tributária, fiscal, sanitária, ambiental e previdenciária, em nível municipal, estadual e federal.	Garantir que pelo menos 30% dos projetos para fomento à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas solidárias sejam para mulheres. [PLANAPO]	MDA
1.2.4. Apoiar e fomentar a transição do modelo convencional para a agroecologia.	Apoiar 20 projetos de produção agroecológica desenvolvida pelas mulheres. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.2.5. Estruturar uma política de preservação, resgate, produção, multiplicação, distribuição e troca de sementes não transgênicas e apoiar às iniciativas de resgate, manutenção e produção de sementes crioulas e de adubo verde.	Apoiar ações de fortalecimento da produção, seleção, uso, conservação e troca de recursos genéticos de interesse para produção orgânica e agroecológica entre grupos de mulheres nos editais do Programa de Organização Produtiva e ATER para Mulheres. [PLANAPO]	MDA
	Formar guardiões/ãs de sementes, garantindo a participação de no mínimo 50% de mulheres nas atividades de capacitação. [PLANAPO]	EMBRAPA



OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.2. Desenvolver ações de apoio à inclusão produtiva e à estruturação de sistema sustentável, justo e equitativo de produção, tendo como referência a agroecologia como matriz tecnológica.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.2.6. Ampliar o acesso à educação, formação e capacitação profissional e tecnológica, pesquisa e extensão direcionadas à agricultura familiar de base agroecológica.	Promover capacitação de 60 técnicos/as contratados/as (ATER, ATER-mulheres, organização produtiva de mulheres), sobre o acesso dos grupos de mulheres ao PAA e comercialização de produtos da sociobiodiversidade, produção orgânica e de base agroecológica. [PLANAPO]	MDA
1.2.7. Fomentar a organização e consolidação dos grupos produtivos de mulheres rurais e ampliar o número de beneficiárias e dos recursos destinados às ações do Programa de Organização Produtiva de Mulheres.	Beneficiar 30,6 mil trabalhadoras rurais por meio do apoio a projetos estratégicos de incremento à infraestrutura que atinjam, direta e positivamente, organizações de mulheres. [PPA 2012-2015]	MDA
	Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Apoiar 100 grupos produtivos de mulheres com enfoque na produção orgânica e de base agroecológica. [PLANAPO]	MDA
	Garantir que as Chamadas Públicas da SAF e INCRA busquem em seus editais o atendimento prioritário de no mínimo 50% de mulheres, para o conjunto das ações a serem realizadas. [PLANAPO]	MDA
	Apoiar e Fomentar a produção dos grupos produtivos de mulheres rurais atendendo 4 mil mulheres rurais. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Apoiar e Fomentar 227,5 mil mulheres rurais titulares do Programa Garantia Safra. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.3. Universalizar os serviços de ATER de forma gratuita e continuada, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.3.1. Ampliar oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultura familiar e organizações econômicas.	Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, extrativistas, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Promover assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola para 6 mil pescadores/as artesanais e aqüicultores/as familiares, para a estruturação de sistemas produtivos sustentáveis, incluindo atividades para mulheres e jovens. [PLANO ESTRATÉGICO MDA/ INCRA + PLANAPO]	MPA
	Promover Ater específica para 4 mil mulheres com foco na sociobiodiversidade, agroecologia e produção orgânica. [PLANO ESTRATÉGICO MDA/INCRA + PLANAPO]	MDA
	Ampliar em 140 mil o número de famílias atendidas com ATER no público orgânico, agroecológico e em transição, sendo 50% dos atendimentos voltados às mulheres. [Plano Estratégico MDA/ INCRA]	MDA
	Garantir que 30% dos recursos nas Chamadas Públicas de ATER com enfoque Agroecológico do MDA e INCRA sejam aplicados em atividades específicas para mulheres em atividades extrativistas e na produção orgânica e agroecológica. [PLANAPO]	MDA e INCRA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.3. Universalizar os serviços de ATER de forma gratuita e continuada, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.3.1. Ampliar oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultura familiar e organizações econômicas	Garantir a participação de no mínimo 30% de mulheres entre os/as técnicos/as participantes das ações de formação, capacitação e qualificação nas Chamadas de ATER com enfoque agroecológico. [PLANAPO]	MDA
	Promover ATER específica para 4 mil mulheres com foco na sociobiodiversidade, agroecologia e produção orgânica. [PLANAPO]	MDA
	Garantir que as Chamadas Públicas da SAF e INCRA busquem em seus editais o atendimento prioritário de no mínimo 50% de mulheres, para o conjunto das ações a serem realizadas. [PLANAPO]	MDA
1.3.2. Implantar o Programa Nacional de Formação de Agentes de ATER, estabelecendo parcerias e considerando as especificidades dos públicos a serem beneficiados.	Qualificar 37,5 mil agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação nas comunidades indígenas e 250 agentes para atuação nas comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres. [PPA 2012-2015]	MDA
1.3.3. Promover ações de capacitação com vistas a assegurar assistência técnica de acordo com a demanda e as especificidades das mulheres trabalhadoras rurais.	Capacitar 200 técnicos/as de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em metodologia de trabalho com as mulheres. [PPA 2012-2015]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.3. Universalizar os serviços de ATER de forma gratuita e continuada, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

INICIATIVAS

1.3.5. Garantir a participação da sociedade civil no processo de construção e gestão da ANATER, garantindo, no mínimo, 50% de mulheres e de 20% de jovens rurais nos espaços de gestão e controle social da ANATER.

1.3.8. Contratar equipes multidisciplinares, com paridade de gênero, comprometidas com a agricultura familiar, com conhecimento em agroecologia e economia solidária e de acordo com a especificidade de cada segmento com o qual irão trabalhar.

1.3.12. Criar uma Diretoria de Mulheres Rurais na ANATER.

1.3.13. Assegurar nas Chamadas Públicas o mínimo 50% de mulheres e tempo mínimo de contratação de prestação de serviços de 5 anos, com a oferta obrigatória de recreação infantil em atividades coletivas de ATER.

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.		
ESTRATÉGIA		
1.4. Aperfeiçoar, agilizar e desburocratizar o acesso e ampliar o crédito rural aos agricultores/ as familiares e aos povos e comunidades tradicionais.		
INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.4.1. Ampliar crédito e adequar critérios e instrumentos do PRONAF à realidade de cada dos biomas brasileiros e dos públicos beneficiários.	Desenvolver normas e instrumentos de crédito específico para sistemas de produção orgânico e de base agroecológica, facilitando o acesso das mulheres e jovens. [PLANAPO]	MDA E MAPA
	Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo. [PPA 2012-2015]	MDA
1.4.2. Promover a melhoria do relacionamento e atendimento nas Agências Bancárias e a retomada dos departamentos técnicos com profissionais da área.	Incluir módulos específicos sobre igualdade de gênero e de juventude e as linhas de financiamento para esses públicos, com foco na produção orgânica e de base agroecológica, nas capacitações dos/as técnicos/as ou funcionários/as dos agentes financeiros. [PLANAPO]	MDA
	Capacitar 150 operadores/as de crédito nas linhas de financiamento específicas para as mulheres e jovens, com foco na produção orgânica e de base agroecológica. [PLANAPO]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.4. Aperfeiçoar, agilizar e desburocratizar o acesso e ampliar o crédito rural aos agricultores/ familiares e aos povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.4.6. Adequar e efetivar o Pronaf Mulher, com risco da União, utilizando a metodologia de microcrédito orientado em todo País, assegurando as mesmas condições do Pronaf B, com ampliação do teto de financiamento.	Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Mulher. [PPA 2012-2015]	MDA
	Ampliar a participação das Mulheres no Crédito. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.4.7. Garantir que, no mínimo, 30% do crédito disponibilizado seja destinado para as mulheres rurais.	Garantir o atendimento de 500 mil famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo. [PPA 2012-2015]	MDA
1.4.9. Garantir que, no mínimo, 30% do crédito disponibilizado sejam destinados às mulheres e à juventude rural.	Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo. [PPA 2012-2015]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.4. Aperfeiçoar, agilizar e desburocratizar o acesso e ampliar o crédito rural aos agricultores/as familiares e aos povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVAS

1.4.12. Criar mecanismos para a individualização e análise de crédito para projetos de mulheres.

1.4.16. Garantir o acesso ao crédito do conjunto familiar, sem desmembramento da unidade de produção, com igualdade de tratamento aos/às jovens, às mulheres, aos idosos/as.

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.5. Desenvolver estratégias de implementação das políticas públicas apropriadas para a convivência com os biomas brasileiros.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.5.1. Instituir uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido Brasileiro, com instrumentos e estratégias específicos, que contemple a universalização do acesso à água para consumo humano, em parceria com a sociedade civil, a ampliação do acesso à água para produção calcada no armazenamento em bases agroecológicas e a valorização do trabalho das mulheres e o protagonismo da juventude rural.	Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1 milhão de famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Ampliar em 1,2 milhão o número de atendimentos do Garantia Safra no semiárido e região da SUDENE, sendo 50% com mulheres rurais titulares. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.6. Ampliar a participação dos produtos da agricultura familiar, da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais no abastecimento dos mercados, especialmente os institucionais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.6.1. Fortalecer os programas de compras institucionais da agricultura familiar, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).	Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Meta: % de contratos de mulheres rurais no PAA, em relação ao total contratado = 40%. [PPA 2012-2015/ Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDS/MDA
	Ampliar a participação dos assentamentos no PAA e PNAE. Metas: 40% de contratos de mulheres assentadas em relação ao total. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.6.2. Ampliar a participação dos produtos orgânicos e de base agroecológica nos mercados institucionais e diferenciados.	Incluir nas chamadas públicas para Organizações Produtivas de Mulheres Rurais, o apoio à realização de feiras de produtos/ sementes agroecológicos e orgânicos. [PLANAPO]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.8. Desenvolver, ampliar e efetivar ações de apoio ao cooperativismo e demais empreendimentos da economia solidária, assegurando sua implementação como estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável para o campo e para a cidade.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.8.1. Apoiar a organização da produção e a qualificação e a gestão das organizações econômicas.	Qualificar a gestão de 150 Organizações Econômicas Familiares (OEF) de agricultores/as agroecológicos e/ou orgânicos, ampliando o acesso dos produtos orgânicos e agroecológicos aos mercados institucionais, convencionais e diferenciados, incluindo empreendimentos de jovens e mulheres. [PLANAPO]	MDA
1.8.7. Priorizar nas ações de atendimentos às associações e cooperativas que atendam o mínimo de 20% de jovens.	Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda. [PPA 2012-2015]	MAPA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.8. Desenvolver, ampliar e efetivar ações de apoio ao cooperativismo e demais empreendimentos da economia solidária, assegurando sua implementação como estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável para o campo e para a cidade.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.8.9. Desenvolver ações de apoio à qualificação profissional, gestão de empreendimentos econômicos, associativismo e cooperativismo para as mulheres rurais.	Promover a formação e capacitação social e profissional de 10 mil trabalhadores/as para a economia solidária, com prioridade para mulheres e população negra. [PPA 2012-2015]	MTE
	Apoiar a organização produtiva de 5 mil empreendimentos econômicos solidários e/ou associativos, sendo, no mínimo, 30% de mulheres ou grupos de mulheres. [PPA 2012-2015]	MDA
	Garantir que pelo menos 30% dos projetos para fomento a produção agroecológica, à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas solidárias sejam para mulheres. [PLANAPO]	MDA
	Fomentar a produção dos grupos produtivos de mulheres rurais. Metas: N° de mulheres rurais organizadas em grupos produtivos atendidos com ATER = 4 mil/ N° de mulheres Rurais apoiadas com ações voltadas para produção de base sustentável = 4 mil. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.10. Promover a produção e divulgação de conhecimento sobre agricultura familiar e agroecologia nas instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>1.10.1. Ampliar e disponibilizar financiamento público para pesquisa e extensão, direcionadas à agricultura familiar e de base agroecológica e aos povos e comunidades tradicionais, realizadas por instituições públicas e organizações da sociedade civil, com ênfase nos produtos da sociobiodiversidade local.</p>	<p>Incluir como linha de pesquisa o tema da Agroecologia para Mulheres no edital do Prêmio Margarida Alves. [PLANAPO]</p>	<p>MDA</p>
	<p>Fomentar, produzir e difundir o conhecimento técnico e científico sobre desenvolvimento rural, agricultura familiar, reforma agrária e sobre os programas e políticas do MDA/ INCRA. Realizar e divulgar 4 estudos sobre o potencial de desenvolvimento socioeconômico dos diversos segmentos da agricultura familiar; estudo sobre a interface entre biossegurança, biodiversidade, mudanças climáticas e agricultura familiar, nos âmbitos nacional e internacional; 2 estudos sobre políticas públicas de desenvolvimento rural de outros países; 3 estudos sobre a situação da Reforma Agrária, Regularização Fundiária e Crédito Fundiário no Brasil; difundir o conhecimento produzido acerca da temática rural na Arca das Letras; instalar o Núcleo de Estudos Fundiários e realizar e divulgar 1 estudo estimulando a sustentabilidade dos arranjos produtos; realizar estudo qualitativo sobre a implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para as mulheres rurais; realizar estudo para qualificar o acesso das mulheres rurais às políticas públicas de Financiamento (Crédito e Apoio Mulher); realizar estudo sobre indocumentação das mulheres rurais; realizar e divulgar estudos sobre avaliação, formulação e fortalecimento das políticas públicas de promoção da autonomia e emancipação da juventude rural. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.10. Promover a produção e divulgação de conhecimento sobre agricultura familiar e agroecologia nas instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>1.10.1. Ampliar e disponibilizar financiamento público para pesquisa e extensão, direcionadas à agricultura familiar e de base agroecológica e aos povos e comunidades tradicionais, realizadas por instituições públicas e organizações da sociedade civil, com ênfase nos produtos da sociobiodiversidade local.</p>	<p>Apoiar 33 projetos que incentivem a produção de conhecimento e tecnologias agroecológicas (inovação) e fortaleça a ação em Rede (Redes de ATER), no campo da agroecologia, levando em consideração as dimensões de gênero e juventude. [PLANAPO]</p>	<p>MDA</p>
<p>1.10.2. Promover a divulgação de conhecimentos produzidos sobre agricultura familiar e de base agroecológica.</p>	<p>Apoiar a sistematização e disponibilização de conhecimentos de ensino e inovações agroecológicas via plataforma “Agroecologia em Rede”, com destaque para experiências protagonizadas por jovens e mulheres. [PLANAPO]</p>	<p>MDA e MPA</p>
	<p>Elaborar material pedagógico específico sobre gênero e agroecologia para instituições de ensino. [PLANAPO]</p>	<p>MDA</p>

2^a

CONFERÊNCIA NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO



OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

2.1 Elaborar e implementar o III Plano Nacional de Reforma Agrária (III PNRA).

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
2.1.2 Implementar o III PNRA.	Garantir que a implantação do III Plano Nacional de Reforma contemple, de forma coordenada, ações de garantia de acesso à terra e inclusão produtiva, com garantias de promoção de igualdade de gênero, direito dos povos e comunidades tradicionais, amplo acesso as políticas para a juventude do campo, garantindo assim a redução das desigualdades no campo.	MDA/INCRA



OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

2.2. Promover amplo processo de reforma agrária como ação prioritária.

INICIATIVAS

2.2.13. Garantir a permanência da titularidade da terra em nome das mulheres nos programas de reforma agrária, crédito fundiário e regularização fundiária em caso de violência, separação ou óbito do companheiro.

2.2.14. Garantir cota mínima de 30% de mulheres chefes de famílias (responsáveis pelo domicílio), para titulações individuais em assentamentos de reforma agrária.

2.2.15. Desvincular cônjuges na Relação de Beneficiários (RB) em caso de dissolução de união estável, permitindo a manutenção do direito às políticas de acesso à terra.

2.2.16. Garantir a regularização fundiária das terras, priorizando a titularidade das mulheres rurais, com isenção de taxas cartoriais e com a entrega imediata dos títulos.

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

2.3. Promover a infraestrutura social, produtiva e ambiental necessária para o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária e do Crédito Fundiário, contribuindo para uma vida digna no campo e garantindo a reprodução social e a soberania alimentar.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
2.3.4. Assegurar que pelo menos 50% dos beneficiários de ATER sejam mulheres e que 30% do orçamento das chamadas sejam destinadas para atividades específicas de mulheres e prestados prioritariamente por filhos/as de assentados, com formação técnica e em número suficiente para atender à demanda.	Assegurar um mínimo de 50% de mulheres assentadas da reforma agrária beneficiárias com ATER, em relação ao total efetivamente atendido, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Assegurar que um mínimo de 30% dos recursos contratados sejam aplicados a projetos de iniciativas de mulheres assentadas da reforma agrária, no período de 2015-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
2.3.5. Promover a ampliação, o aprimoramento e a agilização da política de apoio financeiro e crédito para assentados/as, desburocratizando o acesso e a liberação	Atender 74,3 mil famílias assentadas da reforma agrária com crédito instalação, modalidade apoio inicial – operações I e II, no período de 2014-2015. (Plano de Metas INCRA)	INCRA
	Atender 60 mil famílias assentadas da reforma agrária com crédito instalação, modalidade fomento – operações I e II, no período de 2014-2015. (Plano de Metas INCRA)	INCRA
	Atender 40 mil mulheres assentadas da reforma agrária pelo crédito Fomento Mulher no período de 2014-2015. (Plano de Metas INCRA)	INCRA

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

2.5. Ampliar e fortalecer o de Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
2.5.1. Ampliar, aperfeiçoar e desburocratizar o acesso aos recursos do Nossa Primeira Terra (NPT) para a juventude rural: com cota de 30% para as jovens mulheres, acesso independentemente de formação profissional, orientação de acesso e 0% de juros com rebate igual para todas as regiões.	Beneficiar 80 mil famílias com crédito fundiário. [PPA 2012-2015]	MDA
	Atender 5,322 mil famílias com o crédito fundiário em 2014 [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
2.5.3. Garantir o Selo do PNCF Mulher para todas as beneficiárias do PNCF, com oferta de ATER, incorporando metodologias específicas para as mulheres rurais.	Expansão do número de contratos de Selo Mulher do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) por meio da articulação com o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
2.5.15. Priorizar jovens e mulheres no acesso à terra no PNCF.		

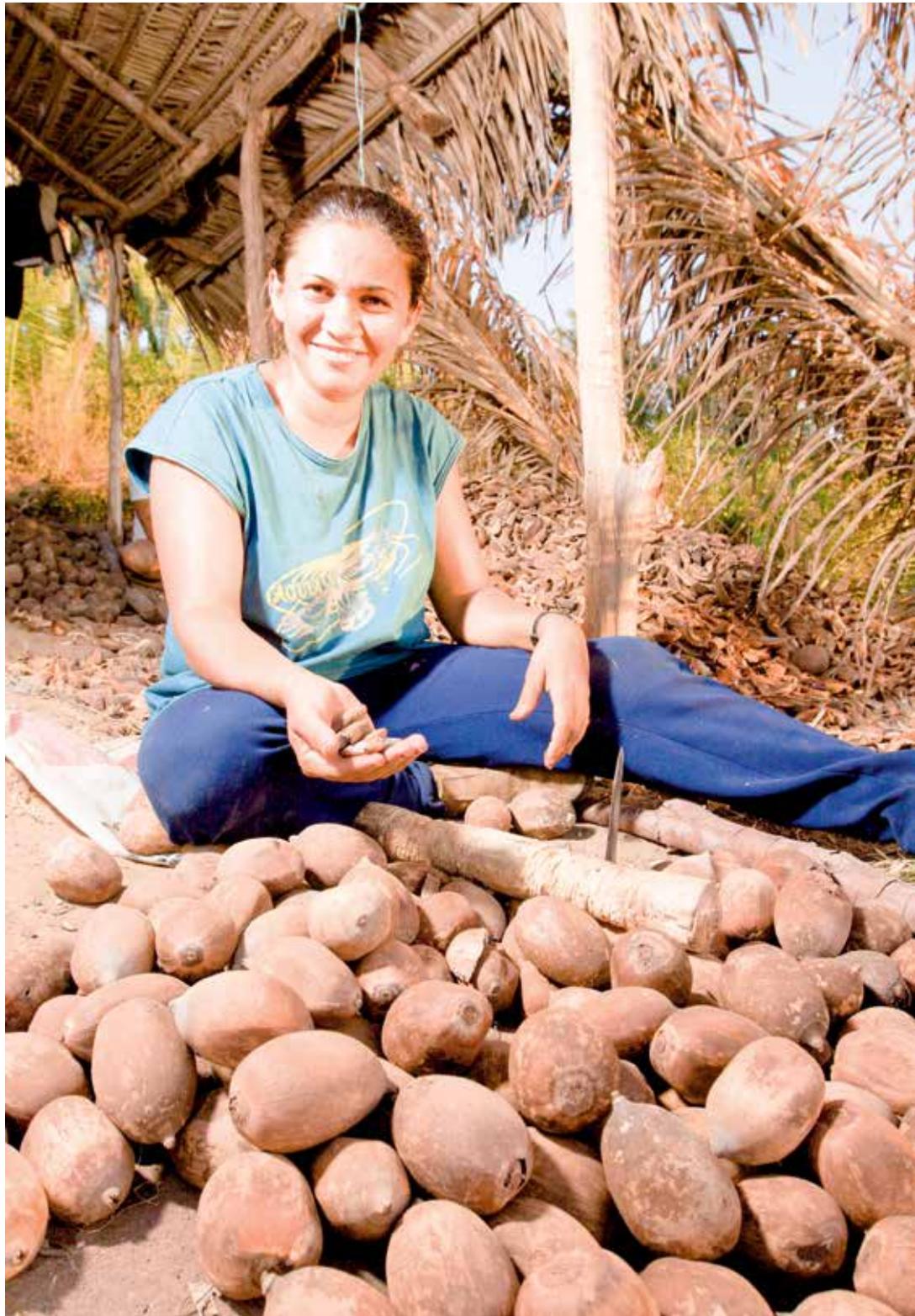
OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

2.6. Agilizar e qualificar o processo de reconhecimento e regularização fundiária e demarcação de terras dos povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVAS

2.6.12. Garantir o controle social pelas mulheres indígenas no processo de governança fundiária, demarcação e homologação das áreas indígenas.



OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.2. Ampliar e fortalecer as institucionalidades do desenvolvimento territorial.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.2.8. Criar e fortalecer câmaras temáticas de mulheres rurais nos territórios rurais e da cidadania.	Garantir a obrigatoriedade da participação de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias colegiadas de 280 colegiados territoriais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Ampliar e apoiar a organização e o funcionamento dos Colegiados Territoriais, garantindo a participação de no mínimo 30% de mulheres. Criar e manter o funcionamento de no mínimo 120 comitês de mulheres nos territórios da cidadania. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	



OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.3. Promover o planejamento e a gestão territorial de políticas públicas, considerando os instrumentos de planejamento existentes, (PTDRs, PPAs) que visem à melhoria dos serviços de saúde, educação, assistência social, saneamento básico, cultura, esporte, lazer, turismo rural, segurança pública e infraestrutura de apoio ao desenvolvimento de ações econômicas, sociais e ambientais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.3.6. Ampliar para R\$ 1,5 milhão por território em 2014 o valor para a implantação de projetos de infraestrutura territorial, na seguinte proporção: 40% dos recursos para projetos com políticas afirmativas voltadas às mulheres, 20% para a juventude e 20% para povos e comunidades tradicionais.	Apoiar 3.135 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Apoiar até 239 projetos territoriais com valor de R\$ 425 mil por meio do PROINF. [SDT 2014]	
	Instituir metas específicas para grupos produtivos de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais, nos projetos apoiados pelo PROINF. [SDT]	
	Apoiar 478 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais. [SDT 2014]	
3.3.7. Garantir apoio para ampliação e qualificação da infraestrutura territorial de apoio a distribuição de produtos da agricultura familiar, garantindo estratégias de divulgação dos produtos (<i>marketing</i> , selo regional)	Apoiar a organização produtiva de 5 mil empreendimentos econômicos solidários e/ou associativos, sendo, no mínimo, 30% de mulheres ou de grupos de mulheres. [PPA 2012-2015]	MDA
	Implementar a estratégia de gestão territorial do plano safra em todos os territórios rurais. [SDT]	

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.4. Promover a articulação, divulgação e integração das políticas públicas para promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário, executadas pelos diversos setores e esferas de governo, por meio de agendas comuns nos territórios.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>3.4.2. Instituir ação interministerial que integre a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o MDA, para fortalecer a Organização Produtiva das Mulheres e Jovens do Campo, Floresta e das Águas, visando articular e desburocratizar o acesso às políticas relacionadas à terra, ao crédito, à formação profissional, à comercialização e geração de renda, com vistas a superar os dilemas sucessórios e romper com a invisibilidade do trabalho das mulheres e dos/as jovens.</p>	<p>Participar da elaboração do Programa Nacional Interministerial para a Juventude, com foco na formação agroecológica e na inserção da juventude rural aos mercados. Metas: Programa elaborado e 5 mil jovens atendidos até dez./2014. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.4. Promover a articulação, divulgação e integração das políticas públicas para promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário, executadas pelos diversos setores e esferas de governo, por meio de agendas comuns nos territórios.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>3.4.7. Implantar, ampliar e equipar nos territórios e espaços intermunicipais Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).</p>	<p>Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação dos Serviços de Proteção Social Básica, considerando o atendimento ao público prioritário (Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC, Benefícios Eventuais), às populações rurais, às comunidades tradicionais, bem como a inclusão das pessoas com deficiência, o trabalho com os direitos das mulheres e o enfrentamento ao <i>crack</i> e outras drogas. [PPA 2012-2015]</p>	<p>MDS</p>
	<p>Ampliar a cobertura dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade que atendam os diversos públicos em situação de violência, tais como crianças e adolescentes, mulheres, idosos/as, pessoas com deficiência, usuários/as de drogas e suas famílias. [PPA 2012-2015]</p>	
	<p>Ampliar o número de CREAS Regionais e Municipais nas regiões de extrema pobreza, em acordo com o Plano Brasil sem Miséria. [PPA 2012-2015]</p>	

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.5. Garantir a articulação e implantação da Política de Educação no meio rural, com destaque para a educação do campo, pública, gratuita e de qualidade, com recursos financeiros, físicos e humanos para seu funcionamento.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.5.7. Garantir creches, em tempo integral, para as crianças de 0 a 4 anos.	Apoiar a construção de 7 mil creches e pré-escolas. [PPA 2012-2015]	MEC
	Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	
	Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	
	Proinfância – construção / reforma de escolas infantis em 96 TCs. [SDT Matriz PTC 2013]	

3.5.13. Disponibilizar material teórico e material didático-pedagógico que contemplem a discussão de temas centrais, específicos para a realidade do campo, tais como convivência com o semiárido demais regiões e biomas, água, produção, terra, gênero, geração, raça e etnia, agroecologia, educação ambiental, economia popular solidária (associativismo e cooperativismo), juventude, violência, sexualidade, segurança alimentar e gestão pública, identidade sociocultural.

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.6. Implantar saúde no meio rural com atendimento de qualidade, humanizado e universalizado, com equipes multidisciplinares, médicos/as especialistas, disponibilização de equipamentos e fiscalização do Ministério Público, priorizando mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.6.1. Implantar e ampliar nos territórios e espaços intermunicipais o Programa Saúde da Família	Alocar até 13 mil médicos/as brasileiros/as e estrangeiros/as em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos. [PPA 2012-2015]	MS
	Ampliar a área física e/ou reformar 23 mil unidades básicas de saúde (UBSs), priorizando 5 mil unidades na região Nordeste. [PPA 2012-2015]	
	Implantar 3,358 mil unidades básicas de saúde (UBSs), passando de 36,892 mil UBSs em 2011 para 40,250 mil até 2015. [PPA 2012-2015]	
	Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015. [PPA 2012-2015]	
	Inserir 5 mil profissionais de saúde no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) para atuação em municípios e localidades desprovidos de atenção à saúde, até 2015. [PPA 2012-2015]	
Ampliar em 33,6 mil o número de agentes comunitários de saúde, passando de 250,6 mil agentes em dezembro de 2011 para 284,2 mil até 2015. [PPA 2012-2015]		

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA		
INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.6. Implantar saúde no meio rural com atendimento de qualidade, humanizado e universalizado, com equipes multidisciplinares, médicos/as especialistas, disponibilização de equipamentos e fiscalização do Ministério Público, priorizando mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais.		
3.6.2. Implantar e ampliar nos territórios e espaços intermunicipais Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST).	Ampliar o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador, passando de 12% em 2010 para 100% até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
3.6.3. Implantar e ampliar nos territórios e espaços intermunicipais Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).	Implantar 500 unidades de pronto atendimento, passando de 596 em 2011 para 1,096 mil até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
	Reestruturação física e tecnológica completa de 40 unidades de urgência e emergência. [PPA 2012-2015]	
3.6.4. Implantar e ampliar nos territórios e espaços intermunicipais Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).	Adquirir 2,160 mil ambulâncias até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
	Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até 2015. [PPA 2012-2015]	
3.6.5. Implantar, ampliar e equipar nos territórios e espaços intermunicipais Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPSAd).	Implantar e implementar 640 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad), passando de 1,650 mil em 2011 para 2,290 mil até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
3.6.6. Implantar, ampliar e equipar nos territórios e espaços intermunicipais Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).	Criação/qualificação de 175 Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) 24h. [PPA 2012-2015]	

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.6. Implantar saúde no meio rural com atendimento de qualidade, humanizado e universalizado, com equipes multidisciplinares, médicos/as especialistas, disponibilização de equipamentos e fiscalização do Ministério Público, priorizando mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.6.7. Implantar, ampliar e equipar nos territórios e espaços intermunicipais Unidades Móveis de Saúde Bucal.	Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de 2011 para 24,9 mil até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
	Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada [SDT Matriz PTC 2013]	
	IMPLANTAR 55 CEOs EM TCs. [PPA 2012-2015]	
3.6.8. Implantar, ampliar e equipar nos territórios e espaços intermunicipais Policlínicas.		
3.6.9. Implantar e ampliar nos territórios e espaços intermunicipais os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).		

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.8. Garantir segurança pública na área rural, com atuação interfederativa e comunitária, contemplando territórios rurais, territórios da cidadania, assentamentos, povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVAS

3.8.3. Realizar diagnósticos, pesquisas e estudos da realidade rural, visando construção de estratégias para segurança na zona rural com integração das políticas de saúde, educação, cultura e esporte, com atenção especial à violência contra as mulheres rurais.



OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.9. Assegurar o acesso de políticas públicas para as mulheres rurais, considerando a divisão sexual do trabalho como estrutura das relações desiguais de gênero e a afirmação de direitos e deveres das mulheres do campo.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>3.9.1. Promover o combate e a prevenção à violência contra as mulheres rurais, indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais, incluindo a aplicação da lei Maria da Penha.</p>	<p>Aumentar o número de Centros de Referência e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Aumentar o número de municípios com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. [PPA 2012-2015]</p>	<p>SPM</p>
	<p>Construir Casas da Mulher Brasileira (que agregarão no mesmo espaço físico: DEAM, Vara ou Juizado Especializado, Defensoria Pública, Ministério Público, atendimento psicossocial, espaços de convivência e brinquedoteca, alojamento de passagem, central de transportes e serviços de Emprego e Renda, como acesso a microcrédito, à qualificação profissional e ao trabalho) em todas as capitais dos estados e no DF. [PPA 2012-2015]</p>	<p>SPM</p>
	<p>Construir Central de transporte, coordenadas pela Casas da Mulher Brasileira, para facilitar o acesso da mulher aos serviços articulados, como IML, assistência social, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento e hospitais de referência. [PPA 2012-2015]</p>	<p>SPM</p>

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.		
ESTRATÉGIA		
3.9. Assegurar o acesso de políticas públicas para as mulheres rurais, considerando a divisão sexual do trabalho como estrutura das relações desiguais de gênero e a afirmação de direitos e deveres das mulheres do campo.		
INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.9.1. Promover o combate e a prevenção à violência contra as mulheres rurais, indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais, incluindo a aplicação da lei Maria da Penha.	Criação de 6 novos Núcleos de Atendimento às Mulheres nas Fronteiras Secas. SDT: MATRIZ PTC 2013 prevê 2 centros em TCs. [PPA 2012-2015]	SPM
	Implantar Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para atender as mulheres do campo e da floresta e dos territórios da cidadania. SDT: MATRIZ PTC 2013 prevê 54 unidade móveis em TCs. [PPA 2012-2015]	SPM
	Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres – APOIO À IMPLANTAÇÃO DE 15 ORGANISMOS EXECUTIVOS DE POLÍTICAS PARA MULHERES. [SDT Matriz PTC 2013]	SPM
	Implementação da estratégia de gestão territorial do Plano Safra em todos os territórios rurais. [SDT]	MDA
3.9.2. Implementar ações e serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres em situação de violência nos territórios rurais, de cidadania e de identidade, atuando em parcerias com as delegacias.	Ampliar e fortalecer os 3 Núcleos de Atendimento às Mulheres nas áreas de fronteiras atualmente existentes, localizados em Foz do Iguaçu (PR), Oiapoque (AP) e Pacaraima (RR). [PPA 2012-2015]	SPM
	Ampliar e implantar Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em todos os municípios-polo, territórios da cidadania e áreas deflagradas. [PPA 2012-2015]	
	Aumentar o número de Serviços de Abrigamento, levando em conta os consórcios entre municípios, as áreas deflagradas e os territórios da cidadania. [PPA 2012-2015]	

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.9. Assegurar o acesso de políticas públicas para as mulheres rurais, considerando a divisão sexual do trabalho como estrutura das relações desiguais de gênero e a afirmação de direitos e deveres das mulheres do campo.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.9.3. Capacitar profissionais responsáveis pelo atendimento às mulheres vítimas de violência nas delegacias, nos centros de referências e em outros espaços.	<p>Aumentar o número de profissionais da Rede de Atendimento e operadores/as de direito capacitados/as sobre questões da violência contra as mulheres. [PPA 2012-2015]</p> <p>Realizar capacitação continuada de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas. [PPA 2012-2015]</p>	SPM
3.9.4. Ampliar a licença maternidade de 4 (quatro) para 6 (seis) meses.	Apoiar discussão e implementação de projeto de lei que vise à ampliação do direito à licença maternidade para 180 dias para as trabalhadoras do setor privado. [PPA 2012-2015]	SPM
3.9.5. Regular e garantir os direitos previdenciários das mulheres rurais em situação de união estável com trabalhadores rurais assalariados, com igualdade ampla e irrestrita.	Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5%, em 2009, para 75%. [PPA 2012-2015]	MPS
3.9.6. Destinar 40% dos recursos de investimentos em infraestrutura produtiva para políticas afirmativas voltadas às mulheres.	Instituir metas específicas nos projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais apoiados pelo PROINF, definindo acréscimo de valores para projetos que contenham metas para grupos produtivos de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais. [SDT 2014]	MDA

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.9. Assegurar o acesso de políticas públicas para as mulheres rurais, considerando a divisão sexual do trabalho como estrutura das relações desiguais de gênero e a afirmação de direitos e deveres das mulheres do campo.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.9.7. Ampliar o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR).	Emitir gratuitamente 1,2 milhão de documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Realizar 4 mil mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais. [PPA 2012-2015]	
	Ampliar e qualificar a capilaridade da oferta do documentação civil e jurídica pelas mulheres rurais e suas organizações econômicas. – 350 mil mulheres atendidas. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	



OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.9. Assegurar o acesso de políticas públicas para as mulheres rurais, considerando a divisão sexual do trabalho como estrutura das relações desiguais de gênero e a afirmação de direitos e deveres das mulheres do campo.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>3.9.8. Promover o acesso à educação e qualificação profissional continuada em módulos ofertados por municípios e estados, com recursos do Governo Federal, para as mulheres em temas relacionados à organização produtiva, considerando a divisão sexual do trabalho, com metodologia participativa e intercâmbios, ministrados por mulheres integradas a movimentos feministas e de mulheres.</p>	<p>Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres. [PPA 2012-2015]</p>	<p>MEC</p>
	<p>Atender 1,5 mil organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão [PPA 2012-2015]</p>	<p>MDA</p>
	<p>Capacitar 2 mil pescadoras e aqüicultoras dentro do Programa Mulheres Mil do Ministério da Educação. [PPA 2012-2015]</p>	<p>MPA</p>
	<p>Promover a formação e capacitação social e profissional de 10 mil trabalhadores/as para a economia solidária, com prioridade para mulheres e população negra [PPA 2012-2015]</p>	<p>MTE</p>



OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.9. Assegurar o acesso de políticas públicas para as mulheres rurais, considerando a divisão sexual do trabalho como estrutura das relações desiguais de gênero e a afirmação de direitos e deveres das mulheres do campo.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>3.9.8. Promover o acesso à educação e qualificação profissional continuada em módulos ofertados por municípios e estados, com recursos do Governo Federal, para as mulheres em temas relacionados à organização produtiva, considerando a divisão sexual do trabalho, com metodologia participativa e intercâmbios, ministrados por mulheres integradas a movimentos feministas e de mulheres.</p>	<p>Capacitar 20 mil mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho. [PPA 2012-2015]</p>	<p>SPM</p>
	<p>Apoiar a organização e estruturação de 200 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres. [PPA 2012-2015]</p>	<p>MDA</p>
	<p>Fomentar a produção dos grupos produtivos de mulheres rurais. Meta: 4 mil mulheres organizadas em grupos produtivos atendidas com ATER; 4 mil mulheres atendidas com ações voltadas ao desenvolvimento sustentável; 227,5 mil mulheres titulares do garantia-safra. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>



OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.9. Assegurar o acesso de políticas públicas para as mulheres rurais, considerando a divisão sexual do trabalho como estrutura das relações desiguais de gênero e a afirmação de direitos e deveres das mulheres do campo.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.9.9. Estimular e fortalecer a criação de conselhos de direitos e secretarias estaduais e municipais de políticas para as mulheres, com apoio do Governo Federal e priorizando o atendimento às mulheres rurais.	Ampliar em 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres. [PPA 2012-2015]	SPM
	Ampliar para mil o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres. [PPA 2012-2015]	
	Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres. [PPA 2012-2015]	
	Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres – apoio à implantação de 15 organismos executivos de Políticas para Mulheres. [SDT Matriz PTC 2013]	
3.9.10. Regulamentar e garantir os direitos previdenciários das mulheres rurais, marisqueiras, descascadeiras de camarão, descascadeiras de caranguejo, quebradeiras de coco babaçu, cultivadoras de algas e extrativistas, garantindo a padronização dos procedimentos para obtenção de benefícios e reconhecimento das suas atividades.		
3.9.11. Garantir o acesso às mulheres à política de moradia, bem como a isenção da contrapartida exigida nos programas de habitação rural às mulheres chefe de família.		
3.9.12. Punir os agressores contra as mulheres com a restrição de acesso às políticas públicas de acesso à terra, ao crédito, à ATER, a compras governamentais, etc., além das medidas judiciais cabíveis.		

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.11. Criar e fortalecer políticas, programas e projetos voltados aos povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.11.5. Implantar projetos de apoio à infraestrutura social (equipamentos públicos de saúde e de proteção social no meio rural, habitação e cisternas de placas)	Instituir metas específicas nos projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais apoiados pelo PROINF, definindo acréscimo de valores para projetos que contenham metas para grupos produtivos de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais. [SDT 2014]	MDA





OBJETIVO 4 – Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

4.2. Fortalecer a gestão e a participação social por meio da formação continuada em políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável e solidário.

INICIATIVAS

4.2.5. Promover a formação de agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, pescadores/as, representantes de movimentos sociais, de organizações sociais, de associações e cooperativas, visando ao entendimento sobre captação de recursos, elaboração, fiscalização, monitoramento e gerenciamento de projetos e prestação de contas.

4.2.6. Criar mecanismos que garantam a participação das mulheres rurais, jovens e de povos e comunidades tradicionais nos eventos de formação e intercâmbios de troca de experiências entre as comunidades e os diversos segmentos sociais.

OBJETIVO 4 – Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

4.3. Fortalecer os espaços de gestão social com a participação de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVAS

4.3.3. Garantir a participação de, no mínimo, 50% de mulheres rurais nos espaços de gestão e participação social e de, no mínimo, 30% de organizações de mulheres rurais, especialmente no CONDRAF, no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e nos Colegiados Territoriais.





OBJETIVO 5 – Consolidar e fortalecer, nos espaços internacionais, regionais e multilaterais, a agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecológica, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

5.1. Fortalecer o processo de integração regional latino-americana e caribenha na área de desenvolvimento rural.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
5.1.1 Avançar na integração de políticas públicas para a Agricultura Familiar e desenvolvimento rural no MERCOSUL.	Garantir o funcionamento contínuo da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no MERCOSUL (REAF) e o fortalecimento da participação da sociedade civil nesse espaço assegurando a participação de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais.	MDA
	Universalizar os Registros Nacionais da Agricultura Familiar utilizando como base de diálogo as normativas adotadas no MERCOSUL, contemplando a identificação do trabalho e empreendimentos de mulheres, jovens e PCT.	MDA
5.1.2 Avançar na integração de políticas públicas para a Agricultura Familiar e desenvolvimento rural na América Latina e Caribe (UNASUL e CELAC).	Fortalecer o GT de desenvolvimento rural da CELAC, incentivando a participação de mulheres rurais, jovens e povos e comunidades tradicionais.	MDA

OBJETIVO 5 – Consolidar e fortalecer, nos espaços internacionais, regionais e multilaterais, a agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecológica, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

5.2. Promover a cooperação internacional em políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
5.2.3. Fortalecer o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), promovendo a participação de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais.	Apoiar a implementação dos programas e ações de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero, cultura e educação. [PPA 2012-2015]	MDA
	Estruturar o GT de agricultura familiar do CONSAN da CPLP.	MDA

OBJETIVO 5 – Consolidar e fortalecer, nos espaços internacionais, regionais e multilaterais, a agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecológica, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

5.5. Promover iniciativas (formação, pesquisa, intercâmbios, entre outras) como forma de combater as desigualdades de gênero, raça e etnia e geracional em toda a política externa voltada à agricultura familiar.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>5.5.1. Articular, na América Latina e Caribe, no diálogo Sul-Sul e nos organismos internacionais, a agenda voltada para o combate às desigualdades de gênero.</p>	<p>Articular, na América Latina e Caribe, no diálogo Sul-Sul e nos organismos internacionais, a agenda voltada para: produção de estatísticas rurais com perspectivas de gênero; implantação de políticas de reconhecimento do trabalho das mulheres rurais; promoção do acesso igualitário à terra; inserção produtiva das mulheres trabalhadores rurais na agricultura familiar; e socialização do trabalho doméstico e do cuidado.</p>	<p>MDA</p>
<p>5.5.2. Fortalecer o Programa Regional de Institucionalização de Políticas de Gênero no MERCOSUL e a correspondente estratégia na América Latina e Caribe e no diálogo Sul-Sul.</p>		
<p>5.5.3. Fortalecer o Segundo Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar do MERCOSUL.</p>		

